



RESISTÊNCIAS, INSURGÊNCIAS, CONTAMINAÇÕES

RESISTANCES, INSURGENCES, CONTAMINATIONS

Rita Terezinha Schmidt¹

Resumo: Evocando questões de fundo que surgiram na história dos trinta anos do trabalho do grupo “A mulher na literatura” no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística (ANPOLL), pontuo algumas questões conceituais e críticas que mobilizaram as discussões e o avanço de nossas pesquisas na área. Argumento que o ativismo acadêmico feminista se constitui a partir de um pensamento teórico situado no campo da epistemologia, como uma modalidade filosófica que interroga os pressupostos da lei patriarcal e postula a mulher como sujeito agente do conhecimento. Nesse contexto, destaco alguns importantes marcos teóricos, em seus alinhamentos e diferenças, os quais tem alavancado o quadro conceitual do feminismo no contexto de espaços acadêmicos nas três últimas décadas.

Palavras-chave: Mulher; Literatura; Feminismo; Teorias; Agência.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: ritaschmidt51@gmail.com

Abstract: Upon evoking key issues raised during the thirty-year history of the group *The woman in literature* created in the forum of the National Association of Graduate Studies and Research in Literature and Linguistics (ANPOLL), I point out some conceptual and critical questions that have converged in our discussions and have contributed to our researches in the area. I argue that feminist academic activism is framed by a theoretical thought situated in the field of epistemology, as a philosophical modality that interrogates the assumptions of the patriarchal law and engage woman as a subject and agent of knowledge. In this context, I highlight a few important theoretical milestones in their alignments and differences which have contributed to the development of the feminist conceptual frame in the context of academic spaces in the last three decades.

Keywords: Woman; Literature; Feminism; Theories; Agency.

*Mujeres, a no dejar que el peligro del viaje y la
inmensidad del territorio nos asuste – a mirar hacia
adelante y a abrir paso en el monte.*

Cherrie L. Moraga

Impossível não me deixar levar pelo caminho afetivo da memória aqui e agora.² Quero me referir a uma memória individual e coletiva, pois parece que foi ontem e já se foram trinta anos do nascimento do grupo de trabalho que tem dado sustentação intelectual e operacional ao Seminário A Mulher na Literatura. Foi em 1987, no II Encontro Nacional da ANPOLL, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, que o grupo de trabalho Mulher e Literatura se reuniu pela primeira vez. Considerando que a memória, essencial ao processo cognitivo, sempre opera como um arquivo vivo para manter sentidos que asseguram laços de pertencimento e de identificações, gostaria de lembrar as/os colegas que estiveram presentes naquele encontro. O grupo original passou por grandes transformações ao longo dos anos, houve acréscimos e perdas, além de lacunas deixadas por aquelas que partiram deixando muitas saudades. Registro os nomes segundo a ordem do sumário do primeiro volume de *A mulher e literatura*: Susana Bornéo Funck (UFSC), Luiza Lobo (UFRJ), Letícia Cavalcanti (UFPb), Solange Ribeiro Barata (UFOP), Cristina Teixeira Stevens (UnB), Nádia Batella Gotlib (USP)/UFMG), Constância Lima Duarte (UFRN), Valéria de Marco (USP), Lúcia Helen (UFRJ), Maria Lúcia de Barros Camargo (UFSC), Arnaldo Franco Júnior (EU de Maringá), Elizabeth Gonçalves Moreira (Faculdade de Petrolina) Márcia Hoppe Navarro (UFRGS),

² O texto conserva algumas marcas discursivas decorrentes de minha fala na abertura do XVII Seminário Nacional e VII Seminário Internacional *A mulher na Literatura*, realizado em setembro de 2017, na Universidade Federal da Bahia.

Adélia Bezerra de Menezes (UNICAMP), Ria Lemiare (Univ. de Utrecht, Holanda), Marlyse Meyer (UNICAMP), Elza Miné (USP), Cleonince Paes Barreto Mourão (UFMG), Eduardo de Assis Duarte (UFRN), Joaquim Alves de Aguiar (UFMT), e Rita Terezinha Schmidt (UFRGS).

Hoje, o dever da memória se conjuga com o imperativo de reconhecer a importância desse seminário que nasceu sob o signo do desejo de dar continuidade às discussões sobre mulher, literatura, teoria, cultura e política, bem como de apresentar resultados de pesquisas nos anos intervalares dos encontros da Associação. Sua institucionalização, na forma de um evento de caráter nacional e internacional com um histórico de reconhecido mérito, comprova sua relevância como um espaço estratégico de descobertas, questionamentos, avanços e lutas. Lutas porque, no final das contas, o que se propunha, na década de 80, era a visibilidade e o protagonismo das mulheres em uma das áreas mais conservadoras do país, o reduto das Letras, diagnóstico feito por Heloisa Buarque de Hollanda no artigo “Parking in a tow-away zone: women’s literary studies in Brazil”.³ Por isso a intervenção das mulheres nas Letras buscava nada menos do que a descolonização do saber literário, um desafio imenso diante de um território hostil à intromissão de novas ideias que começavam a interrogar a tradição patriarcal, pautada por uma política de saberes seculares e consagrados por valores inatacáveis e poderes instituídos nas esferas do ensino, da formação e da produção intelectual. Nos trinta anos de existência do grupo de trabalho e nas dezessete edições desse seminário, originalmente denominado A mulher na literatura e posteriormente definido como Mulher e Literatura, foi desenvolvido um trabalho em sintonia com o movimento feminista transnacional de mulheres na academia, para construir algo inédito nas universidades brasileiras: um núcleo de resistência responsável por inovações em programas de ensino, em linhas de pesquisa, na produção de dissertações, teses e livros e, principalmente, na formação de recursos humanos. Não seria um exagero afirmar que essa forma de atuação do feminismo acadêmico é comparável, guardada as devidas proporções, a outros movimentos de resistência ao longo da história social e política brasileira. Como resistência não combina com calma, é evidente que houve alguns desassossegos e sobressaltos ao longo do caminho, não só em razão de limitações contextuais, mas pelos desafios diante de um campo em expansão no qual impasses teóricos sinalizavam a heterogeneidade de posições do

³ *Brasil/Brazil: A Journal of Brazilian Studies*, no. 6, ano 4, pp. 5-19, 1991.

feminismo teórico transnacional. Não havia consenso sobre qual caminho seguir, mas havia uma certeza sobre paixões compartilhadas. Nesse contexto, o contato com teorias feministas que chegavam da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos e também de outros países latino-americanos, bem como a criação no país de núcleos de estudos sobre a mulher nas várias áreas das Ciências Sociais e Humanas produziram impactos decisivos nas formas de ler e interpretar a produção literária nacional. O debate sobre o pensamento binário como ponto de partida para a reflexão sobre a produção de hierarquias que instituem verdades com o objetivo de administrar corpos e definir formas de sociabilidades e de poder nos campos do conhecimento e da cultura consolidou a visão crítica sobre a construção histórica das mulheres como uma categoria sexual/social inscrita como “outro” em relação à cultura e à própria definição de humanidade. Era urgente desnaturalizar essa construção a partir do nosso lugar de enunciação enquanto sujeitos interessados, o que implicava subverter paradigmas dominantes que davam sustentação à cumplicidade entre poder, produção de conhecimentos e exclusão.

Quando o conhecimento abre fronteiras para o novo, cumpre uma função crítica que é sempre libertadora porque acena para outro lugar possível. E esse movimento que busca alcançar o lado de lá é, por natureza, transgressor. Transgredir é ultrapassar fronteiras, é questionar o que se supunha inquestionável, é dizer o que não foi dito, por isso é o termo que melhor define as formas do pensamento crítico feminista uma vez que é inegável o fato de que seus avanços têm colocado em cheque um corpo de saberes institucionalizados ao longo de séculos da história ocidental. Nesse sentido, o ativismo do feminismo acadêmico precisa ser entendido como formas de pensamento teórico situado no campo da epistemologia, ou seja, como uma modalidade filosófica que levanta questões de maneira a interrogar o imperativo da racionalidade patriarcal e as formas de poder que dela emergem na conformação da história cultural e política, a partir da centralidade da relação entre conhecimentos constituídos e novas formas de pensar, de viver e de produzir como e sobre mulheres. Por isso, a reivindicação pelo reconhecimento da inscrição da mulher como sujeito agente do conhecimento foi uma necessidade histórica levantada pelo feminismo nos vários campos do saber. Para ilustrar o pensamento contra a qual o feminismo se insurgia e que persiste na pauta de alguns setores da sociedade brasileira, refiro brevemente a obra O

*mal estar da civilização*⁴, de Sigmund Freud, um dos pais teóricos da modernidade. Na referida obra, Freud, desenvolve sua filosofia da história tendo como um dos argumentos centrais o de que a mulher, além de não ter contribuído para o trabalho de construção da civilização, um feito eminentemente dos homens, havia sido um obstáculo às suas realizações, retardando avanços em razão de suas demandas por amor e de seu cuidado pela família. Jamais lhe ocorreu fazer qualquer questionamento sobre o *modus operandi* da sociedade ocidental patriarcal que outorgou às mulheres uma página em branco na história, o que comprova o quanto o saber filosófico, alimentado por uma concepção política de estado e progresso, se constituiu como uma forma de pensar exclusiva de homens para os homens. No esforço coletivo de superar a história silenciada das mulheres, enquanto escritoras, leitoras, críticas e teóricas, o viés feminista nas Letras interrogou a historiografia e o cânone literário, as definições de valor estético e cultural, os hábitos herdados de interpretação e as concepções de leitura que pautaram o discurso crítico tradicional e seus regimes de verdade. Foi então que em fins da década de 80, a partir de leituras da produção literária de algumas escritoras brasileiras do século XX, foi concebido o primeiro grande projeto acadêmico de envergadura nacional que foi o projeto de resgate dos textos de escritoras brasileiras do passado, o qual resultou em muitas descobertas sobre a convivência entre representações e poder, sobre a presumida neutralidade do discurso crítico, sobre o papel das histórias da literatura na projeção da literatura canônica como instrumento de construção da comunidade imaginada da nação, histórias essas construídas na perspectiva de um imaginário único e pretensamente totalizante. E foi durante a pesquisa de resgate que surgiu uma miríade de textos de autoria feminina no país, uma diversidade de vozes e posições reveladoras do talento e visão de mulheres brasileiras que ousaram desafiar o reduto exclusivista do homem letrado.

No contexto da referida pesquisa, associada à chamada “virada historiográfica” da teoria, o termo “mulher” como categoria de análise ganhou força e sua voltagem crítica nasceu de uma tomada de posição com relação à constituição do sujeito normativo da cultura, o homem definido pela tradição humanista como o genérico universal, o humano por excelência, em relação ao qual a mulher foi definida, em áreas do conhecimento que vão da filosofia e da

⁴ Escrito originalmente na forma de ensaios entre 1929 e 1930, o referido texto é uma das últimas obras de Freud onde avança na sua tese de que a civilização só se torna possível através de renúncias individuais.

história à literatura e psicanálise, por conceitos-metáforas como o vazio, a falta, o não-todo, a margem, o inessencial, o desvio, o menos que humano. Considerando os trânsitos e apropriações teóricas pelo eixo norte/sul, cabe destacar a importância, entre nós, da circulação do texto de Elaine Showalter *A literature of their own*⁵ e suas categorias descritivas - feminino, feminista e feminil (mulher) - concebidas para dar conta das fases do desenvolvimento da literatura de autoria de mulheres na tradição inglesa. Trata-se de uma obra clássica, de reconhecido mérito em diversas geografias, e que inspirou o projeto de resgate das escritoras brasileiras do século XIX, concebido e liderado pela querida colega, Zahidé Muzart. O mapeamento da produção de escritoras brasileiras do século XIX, incluindo o rastreamento de obras que tiveram uma única edição, encontradas em bibliotecas particulares ou bibliotecas públicas, muitas em péssimo estado de conservação, criaram condições para se avaliar o pioneirismo das mulheres no tratamento de temas candentes em diversos momentos da história brasileira, permitindo estudos críticos comparativos com obras de autoria masculina, definidas como canônicas.

Considerando o marco histórico dos nossos trinta anos, considero relevante pontuar alguns percursos que pautaram e ainda pautam o feminismo teórico, uma vez que repercutem em nossas práticas em termos da construção de um espaço de resistência e agenciamento. Assim, pode-se observar que a categoria mulher, particularmente na década de 1980, teve um papel preponderante nos estudos sobre a invisibilidade da autoria feminina no campo da produção literária no período pós-independência, estudos esses que colocaram em evidência o papel das histórias da literatura como um sistema de referência e de valor atrelado à dominação simbólico-cultural patriarcal. Contudo, fora do escopo teórico, crítico e metodologicamente consistente de projetos de fôlego de natureza historiográfica como, por exemplo, os três volumes da antologia *Escritoras brasileiras do século XIX*, o qual partiu do pressuposto de um *corpus* representativo sustentado pela assinatura com valência sexuada (literatura de autoria de mulheres), o uso da categoria “mulher”, trouxe à tona as controvérsias sobre o essencialismo.

Essencialismo é um conceito originário da filosofia pautado na crença de que todas as coisas são dotadas de propriedades essenciais, necessárias para

⁵ Publicada em 1977 pela Princeton University Press, a obra teve um de seus capítulos traduzidos para a língua portuguesa “A crítica feminista no território selvagem” o qual integrou a coletânea organizada por Heloisa Buarque de Hollanda em 1994, intitulada *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*.

serem o que são. Na tradição ocidental, o conceito pertence à ordem do pensamento metafísico fundamentado na crença de uma essência real, independente do relativismo das construções sociais. Na apropriação do conceito por correntes do feminismo, a pressuposição de que as diferenças entre mulheres e homens são inatas e não o resultado de diferenças de construções sociais e culturais, reforça a crença em um determinismo biológico associado a um essencialismo linguístico segundo o qual o signo “mulher” carrega um sentido fixo e invariável. Nesse contexto a mulher é concebida como um ser “natural”, para além da historicidade e da diversidade entre as mulheres, ou seja, o termo é tomado como uma categoria identitária de espectro e validade universal, implicada numa visão monolítica da sexualidade e da experiência, o que acaba produzindo uma (in)diferença em prejuízo das especificidades. Essa redução das diferenças pelo filtro de uma identidade homogênea, fixa e ahistórica, amparada no fundamentalismo biológico - a inscrição de um corpo sexuado feminino -, começou a sofrer um desgaste com o advento do pós-estruturalismo e sua crítica ao logocentrismo, particularmente em termos do questionamento dos dualismos do pensamento moderno, como a oposição sujeito x objeto, onde o primeiro termo é associado ao elemento privilegiado do discurso e da cultura, o homem. Necessário dizer que uma figura muito cara ao movimento de decentramento do sujeito é Michel Foucault. Sua crítica ao constructo do sujeito moderno, origem do conhecimento tomado como verdade, bem como sua rejeição ao paradigma essencialista da filosofia moderna o levou ao estudo da sexualidade como função da história e de formações discursivas. No primeiro volume de sua *História da sexualidade* argumenta que a noção de sexualidade como uma constante ahistórica não pode ser comprovada uma vez que se trata de uma construção que aparece somente durante o século XVIII. Conduzindo seu estudo pelo eixo da relação discurso e poder, Foucault demonstra que o conceito moderno de sujeito emerge particularmente nos discursos sobre a sexualidade e que esses constituem, portanto, uma formação discursiva que constitui os sujeitos de maneira específica. Os estudos de Foucault impactaram a crítica feminista dos anos 80 cujos discursos de resistência incorporaram, por assim dizer, um essencialismo “estratégico” em torno do signo “mulher” uma posição tomada como necessidade política, particularmente quando o foco crítico buscava identificar e descrever uma “escrita feminina” através de traços e figuras que tipificariam um estilo marcado por conteúdos experienciais em analogia com

mulheres reais. Contudo, via de regra, não havia consenso sobre o termo “mulher”, particularmente em vista de reações a afirmações derivadas da psicanálise freudiana sobre o feminino como negatividade no processo de diferenciação sexual pressuposta no esquema edipiano e na economia do complexo de castração.⁶

O surgimento do gênero como categoria analítica, que aqui aportou pela via dos trânsitos do *gender studies* estadunidense, significou uma guinada teórica importante no rumo dos estudos feministas, não sem causar certa perplexidade uma vez que deixou à mostra colisões conceituais entre mulher e gênero a ponto de Susana Funck verbalizar a questão, em 1997, nos seguintes termos: “não sabemos mais se devemos falar em mulher, mulheres, ou se somos apenas construções de gênero”.⁷ O fato é que os estudos de gênero problematizaram as abordagens tradicionais sobre a identidade da mulher pela via do feminino como referente da diferença sexual, por considerar ser essa uma forma de ratificar o que era inaceitável do ponto de vista teórico, ou seja, um determinismo que carregava consigo os traços falocêntricos da nossa herança filosófica ocidental. Foi necessário abraçar a crítica contundente ao conceito de diferença sexual que reforçava a oposição entre homens e mulheres através de sofisticadas redes de pensamento que permeavam tanto o contexto da academia quanto fora dele, o campo cultural/social. Nesse contexto, se explica a repercussão, a partir da década de 1990, do trabalho de Teresa de Lauretis em seu *Technologies of gender: essays on theory, film and fiction* no qual de Lauretis desestabiliza as noções biológicas de sexo e sexualidade ao propor a crítica ao gênero por esse constituir uma categoria que naturaliza a diferença em termos de identidades fixas a partir dos aspectos sociais e culturais associados à femininidade e à masculinidade. Evidentemente que muito de feminismo acadêmico da época foi devedor do pioneirismo de Simone de Beauvoir que, em seu *O segundo sexo* de 1949, identificou a natureza construída, social e culturalmente assimilada, da femininidade, com sua famosa frase “Não se nasce mulher, se torna mulher”. Mas foi de Lauretis que avançou com sua definição de gênero como efeito de um sistema semiótico/simbólico constituído

⁶ Ver, nesse sentido, o texto de Toril Moi “Is anatomy destiny? Freud and biological determinism” em sua obra *What is a woman? And other essays*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

⁷ Susana Bornéo Funck “Questões de crítica feminista”. In: *Mulheres e Literatura: (trans)formando identidades*. Rita Terezinha Schmidt, org. Porto Alegre, Editora Palloti, 1997, p. 130.

por redes de significados cujas operações textuais inscrevem e mantêm hierarquias e valores precípuos ao processo de normalização da cultura e de manutenção de seus sistemas simbólicos. Sob o influxo do pós-estruturalismo e seguindo a via da desconstrução, de Lauretis argumenta que o fundamentalismo binário do sistema sexo-gênero inscreve a diferença sexual na projeção de imagens femininas no cinema e na literatura, o que a levou a elaborar uma crítica aos códigos vigentes de representação sem, contudo, incorrer no risco de reduzir a materialidade escritural à uma representação do real. Para ela “a construção de gênero é tanto o produto quanto o processo de sua representação” (p. 220). O mérito de sua proposta teórico-analítica reside no fato de descartar o tratamento conteudista da representação para expor os seus efeitos a partir da identificação da manipulação do discurso através de imagens e estratégias textuais.

É inegável que a voltagem crítica e política dos estudos de gênero, de caráter interdisciplinar e pressuposta na ideia da natureza relacional e historicamente contingente das identidades, forjou um campo instigante de indagação intelectual e de possibilidades interpretativas da produção literária, do passado e do presente. O conceito de diferença, inerente ao funcionamento da lógica patriarcal, passou a ser incorporado na discussão do jogo da identidade/alteridade, uma relação que remete tanto à distinção quanto à reversibilidade da posição do um e do outro, pois ambos os lugares não são redutíveis à classificação hierárquica que funda a dominação patriarcal no campo da historicidade. A problemática da identidade/alteridade possibilitou que os estudos de gênero alargassem o espectro das discussões no âmbito de identidades compósitas de mulheres assujeitadas à opressão e marginalização, particularmente em espaços geopolíticos marcados por realidades multiculturais e onde coexistem formas sobrepostas de invisibilidade e violência. Assim, durante a década de 90, o conceito de interseccionalidade veio ao encontro do desejo de inclusão, no campo teórico, da realidade cultural diversa daquelas mulheres e das especificidades históricas de suas experiências de subalternidade. Pelo fato de o conceito de interseccionalidade dar destaque às imbricações das questões de gênero com outras categorias da diferença como raça, classe, etnia, religião e orientação sexual, o espectro das discussões feministas se alargou substancialmente ao possibilitar a abordagem de uma constelação de pertencimentos e forças de subjetivação que transborda qualquer possibilidade de se pensar em questões referentes às mulheres como se

compartilhassem de um mesmo universo de cultura e de valores. O referido conceito ganhou destaque na vertente teórica denominada feminismo decolonial, desenvolvido pela escola de pensamento sobre modernidade/colonialidade na América Latina, especificamente a partir da recepção do trabalho de Maria Lugones sobre a colonialidade de gênero⁸ em várias partes do mundo, e que converge com o campo de pensamento crítico de fronteiras associado às epistemologias subalternas e à noção de posicionalidade epistêmica do sujeito que fala. Para Lugones, a modernidade ocidental gerou uma hierarquia dicotômica entre o humano e o não-humano uma vez que nos espaços coloniais a suposta universalidade do masculino como diferença oposicional ao feminino não se aplica de todo, não garante o estatuto humano às mulheres e nem aos homens uma vez que ambos se encontram em situação de subalternidade. Ao colocar em pauta as complexidades da experiência de gênero em geografias específicas, fora dos locais privilegiados do hemisfério norte e suas versões neoliberais do feminismo, o feminismo decolonial insere a questão de gênero nas discussões sobre classe, raça e etnia no contexto dos mecanismos de dominação imperialista-capitalista e seus sistemas de exploração das margens que reproduz a lei patriarcal em formas específicas de violência contra as mulheres. Hoje, o debate crítico sobre a produção literária em espaços nacionais onde interagem diferentes atores e onde circula uma diversidade de linguagens e hibridismos não pode prescindir da riqueza teórica do conceito de interseccionalidade tendo em vista realidades textuais, do presente e do passado, que se situam às margens de uma definição canônica de literatura, definição essa que ainda persiste em espaços geopolíticos cujos circuitos literários são restritos ou elitizados e onde a escritura é considerada por muitos como um privilégio reservado para poucos

A figura mais icônica no campo teórico dos estudos de gênero é, sem dúvida, Judith Butler, e para além do enorme reconhecimento do calibre de suas contribuições no campo dos estudos teóricos de gênero em vários países, sua visibilidade no Brasil também merece ser destacada, não só pelo trânsito de seus textos nas áreas de Ciências Sociais, Filosofia e Letras, mas pelas referências a ela em matérias veiculadas na mídia cultural, em inúmeras reportagens, entrevistas e resenhas. Por isso mesmo, causa certo estranhamento o surgimento, na mídia brasileira, cujo impacto no campo social não pode ser

⁸ O texto onde Lugones aborda a questão da colonialidade de gênero foi publicado pela primeira vez no periódico *Hypathia*, vol 22, no.1 (inverno de 2007) sob o título “Heterosexuality in the colony/modern gender system”.

menosprezado, de certas expressões como “identidade de gênero” e “gênero sexual”, inclusive em páginas da revista *Cult*, um dos principais veículos de propagação das ideias de Butler no país. Trata-se de enunciados que se aproximam perigosamente do senso comum e que, por isso mesmo, fazem *tabula rasa* da elaboração teórica e política de deslocamentos de conceitos como identidade, gênero e sexualidade, entendidos por Butler como conceitos naturalizados dentro de um sistema regulatório de controle dos corpos ao longo da história moderna. Há sempre um risco de redução ou simplificação em se tratando de dar conta de qualquer aspecto do pensamento complexo e provocante de Butler, mas considero pertinente situar a fronteira teórica de seu trabalho e pontuar alguns eixos de suas reflexões. Para ela, a estabilidade do gênero a partir do qual a diferença sexual foi e continua sendo construída como fato natural e que parte do pressuposto de verdade sobre a relação necessária entre o corpo de alguém e seu pertencimento de gênero é uma ficção. E a coerência dessa ficção é construída e mantida pela repetição de atos que estabilizam e afirmam aquela relação como sendo determinada e natural. A premissa, na obra *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* de 1990, é de que não existe um corpo natural preexistente a sua inscrição cultural, e que se não há um fora da linguagem, é efetivamente o discurso que habita os corpos e os constroem, conferindo a eles a existência e pertencimento social pelo viés da diferença sexual regulada pelo esquema sexo-gênero. Sob a influência do trabalho desenvolvido por J. L. Austin sobre a teoria dos atos de fala⁹, Butler retoma o conceito de sujeito para afirmar que o sujeito não existe *a priori* de seus atos, mas é constituído no discurso pelos atos que realiza, portanto é sempre genderizado pela repetição de atos que adquirem qualidade performativa. Isso significa dizer que o corpo não tem estatuto ontológico fora dos vários atos que constituem sua realidade. No argumento de que em nossa cultura não há sexo que não seja desde sempre gênero, Butler desconstrói o sistema sexo-gênero e define gênero em termos de corpos gendrados socialmente desde o nascimento, construção essa que detém um poder regulatório na manutenção da matriz binária, homem/mulher, masculino/feminino. Daí decorre a sua definição de ‘gêneros intelegíveis’, para se referir a homens e mulheres se que constituem como sujeitos em razão dos efeitos de uma estrutura de repetição de atos e de estilização de corpos que opera a relação sexo/gênero/desejo/sexualidade

⁹ *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Trad. E Introdução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

discursivamente, sendo que essa relação assegura a manutenção da diferença sexual, fundamento da heteronormatividade. A coerência dessa ficção é colocada em cheque quando ocorre a impossibilidade de repetição, ou seja, quando existe um desvio em relação à norma, o que significa ruptura de modelos identitários fixos e pré-estabelecidos. Por esse caminho, Butler radicaliza sua crítica à noção de sujeito enquanto substância, ou seja, o humano concebido como um ser dotado de consciência, autonomia e agência, definição essa muito cara não só à tradição do pensamento moderno, mas também ao legado metafísico da cultura ocidental. Para ela, a força restritiva dos processos de subjetivação através dos quais os seres humanos vêm a se constituir como sujeitos sociais gendrados e a ocupar uma posição segundo comportamentos desejados e legitimados produz apenas uma ilusão de substância, uma vez que o gênero não pode receber uma inscrição ontológica uma vez que é efeito de performances sociais. Assim, no contexto de seu arcabouço conceitual-crítico sobre a produção discursivo-política do corpo, não há espaço possível para conferir positividade à expressão “identidade de gênero” uma vez que essa formulação pressupõe a definição de uma identidade essencial que não comporta subjetividades na diferença. O equívoco no uso da expressão que circula em alguns espaços fora da academia como se houvesse alguma sintonia com o trabalho de Butler reside no fato de que tal expressão inscreve o congelamento da identidade em um fundamentalismo que não abre a possibilidade de resistir à norma, o que se coloca na contramão da posição da teórica.

O pensamento de Butler, no rastro dos escritos de Foucault sobre o corpo como peça central na história social e política a partir do século XVIII, avança significativamente na obra seguinte. Se em *Problemas de gênero* se observa um forte viés pós-estruturalista sustentado na linguagem e que tende a desconstruir a materialidade do corpo reduzindo-o ao efeito performativos de discursos, o que impede o reconhecimento dos aspectos concretos da existência de corpos submetidos aos discursos hegemônicos que causam sofrimento real, senão a morte, em *Bodies that matter: on the discursive limits of sex*,¹⁰ de 1993, Butler reconsidera posições anteriores, particularmente certas limitações que acompanham a noção da performatividade de gênero uma vez que tal noção pressupõe a figura de um sujeito “voluntário e instrumental” que toma decisões

¹⁰ A obra foi traduzida para a língua espanhola em 2002, com o título *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”*. Tradução de Alcira Bixio. Buenos Aires: Paidós.

sobre qual gênero quer assumir, como se isso fosse possível. No Prefácio, Butler faz uma observação pertinente sobre o *modus operandi* da filosofia que, segundo ela, sempre manteve uma distância histórica das questões corpóreas, comprovada na sua tendência de considerar o corpo como desencarnado mesmo ao tratar de questões envolvendo o corpo. Ao afirmar que a vida corporal não pode estar ausente da teorização e que teorizar a partir das ruínas do Logos é um convite a se fazer a pergunta sobre o que ocorre com a materialidade dos corpos, a teórica abre um leque de questionamentos que indiciam a complexidade do tratamento a ser dado à questão. A título de ilustração, cito alguns desses questionamentos presentes em seu Prefácio: “Se o gênero não é um artifício que se pode adotar ou rechaçar à vontade e, portanto, não é um efeito da escolha, como poderíamos compreender a condição constitutiva e compulsiva das normas de gênero sem cair nas redes do determinismo cultural? (...) Como precisamente podemos compreender a repetição ritualizada através da qual essas normas produzem e estabilizam não somente os efeitos do gênero, senão a materialidade do sexo?” (p. 14). Ao colocar sob escrutínio a sua própria afirmação de que os corpos são construídos, Butler altera o sentido original dado ao termo ‘construção’ para definir as construções como sendo constitutivas, isto é, aquelas sem as quais não poderíamos operar ou agir, afirmando que se elas parecem ser constitutivas é porque os corpos somente podem viver dentro das “limitações produtivas de certos esquemas reguladores generizados em alto grau” (p.15). De seus questionamentos emerge então a pergunta central: “como tais restrições produzem não somente o terreno dos corpos intelegíveis, senão também um domínio de corpos impensáveis, abjetos, invisíveis e não dotados de vida?” “Se não há sexo pré-discursivo que possa atuar como ponto de referência estável, sobre o qual ou em relação ao qual se realiza a construção de gênero, quais são as forças que fazem com que os corpos se materializem como “sexuados” e como devemos entender a “matéria” do sexo e dos corpos, de maneira mais geral, como a circunscrição repetida e violenta da inteligibilidade cultural? Que corpos chegam a importar? E por que?” (p.16).

Seguindo na trilha da desconstrução do gênero, tópica da sua obra *Undoing gender* de 2004, Butler retoma a afirmação de que o gênero é um lugar instável de inscrições culturais e que, portanto, a construção da subjetividade de homens e mulheres é sempre um processo permeável, quer dizer, sujeito ao surgimento de posições não fixas com relação ao desejo e à sexualidade. Sob a

influência do pensamento hegeliano e reposicionando a questão do desejo e reconhecimento na ótica de gênero, Butler levanta a problemática do desejo do sujeito que não quer ser reconhecido de acordo com as normas sociais dominantes uma vez que sua sobrevivência depende justamente da possibilidade de escapar da norma que confere tal reconhecimento. Nesse contexto, postula que o reconhecimento se torna uma forma expressiva de poder através do qual o humano é definido em termos de uma diferença hierárquica segundo a qual haverá aqueles que se qualificam para serem reconhecidos como humanos e aqueles para quem o reconhecimento é negado. Ao aprofundar suas reflexões sobre poder e violência na crítica aos efeitos normativos da performatividade de gênero em termos de policiamento do comportamento humano e da própria definição do humano, Butler define a violência como sendo aquela que emana “do desejo de manter a ordem do gênero binário como natural e necessário, fazer dele uma estrutura, natural ou cultural, ou ambos, de maneira que nenhum humano pode lhe fazer oposição e ainda permanecer humano” (p.35). Na sua perspectiva, mulheres ainda não foram plenamente incorporadas à categoria do humano. Por isso, sustenta que pensar os corpos de maneira diferente é parte da luta conceitual e filosófica abraçada pelo feminismo contemporâneo, todavia faz um alerta para o fato de que no momento em que uma posição crítica sobre o binarismo de gênero ou em que a incorporação crítica da norma se torna legível, haverá sempre violência para desfazer tal legibilidade, questionar sua possibilidade e definir seu estatuto como irreal e impossível. Dessa forma, a questão de fundo gira em torno da pergunta sobre o que faz uma vida vivível, quais as condições que precisam ser preenchidas para que a vida se torne vida, o que é preciso fazer para que os humanos que não são considerados parte do que se reconhece como humano possam ser integrados à comunidade humana, ou seja, Butler acena para uma democracia e uma justiça ainda por vir. Cabe, por fim, referir a força política do termo *queer*, associado às reflexões de Butler sobre as dissidências de gênero. Trata-se de um termo cujo sentido diz respeito à transgressão da norma, à subversão de fronteiras, quer seja da sexualidade, do gênero, da identidade, da instituição e das formas do conhecimento. Não há equivalência para o português do termo *queer* e, em inglês, pode ser usado como substantivo, adjetivo ou verbo. O importante é entender que o termo carrega o potencial epistemológico e político de rasurar qualquer tipo de enquadramento, assim que teoricamente falando, *queer* é todo o movimento de resistência discursivo-

social que permite pensar para além do intelegível e do representável de modo a dar expressão àquilo que é dominado, o que está lá, na forma de insurgência, às margens, como um espectro que assombra a inteligibilidade cultural.

A disseminação dos estudos de gênero, com Butler na linha de frente, tem sido objeto de reflexão em espaços acadêmicos de outras latitudes, tendo como mote o receio de que certas apropriações teóricas tendem a esvaziar o comprometimento político do feminismo. Segundo a perspectiva da crítica alemã Greta Olson,¹¹ os estudos de gênero não somente raptaram o feminismo das mulheres, tornando proibitivo o uso da categoria mulher em razão do receio da armadilha essencialista, como também possibilitaram o uso do termo gênero em discursos excludentes para fomentar plataformas políticas conservadoras, particularmente na Europa. Olson, ao considerar o conceito de gênero como viajante em várias geografias, observa que sua aceitação em larga escala tem promovido uma rarefação de questões feministas, e um dos motivos para tal é por não levar em conta justamente a materialidade, ou seja, a vida corporificada das mulheres. A compreensão não determinista e não apenas discursiva da materialidade do corpo constitui justamente o ponto de partida da corrente de pensamento crítico feminista que se alinha em um campo que se delinea como uma nova fronteira do feminismo. Chamado de novas materialidades, o referido campo dialoga com pressupostos do pós-humanismo ao se afastar do antropomorfismo e da centralidade do conceito de humano que sempre informou, de forma endêmica, as humanidades, para contemplar formas alternativas de conceber a relação entre corporeidade e subjetividade. Por uma questão de justiça histórica, é necessário lembrar que quem primeiro colocou em pauta o corpo feminino foi Simone de Beauvoir, mas foi efetivamente Susan Bordo, com sua obra *Unbearable Weight* de 1993, quem desenvolveu um discurso político efetivo sobre o corpo feminino em diálogo com a filosofia ocidental (Platão, Santo Agostinho, Descartes) para colocar em tela os corpos femininos que sofrem de alguma desordem, como histeria, anorexia, bulimia, obesidade, argumentando que se trata de corpos com textualizações gráfico-culturais inscritos em construções ideológicas emblemáticas da definição de femininidade e que, por isso mesmo, existe um *continuum* entre doenças femininas e a feminidade definida como normal. Para Bordo, o corpo anoréxico ou bulímico constitui um espaço de resistência onde é

¹¹ "Gender as travelling concept". In: *Concepts for the Study of Culture*. Birgit Neumann e Angsgar Nünning. Berlin/Boston: Walter de Gruyter & Co., 2012.

encenada a crítica às subjetividades hegemônicas. O seu viés materialista se diferencia de Butler no sentido de dar visibilidade à linguagem concreta do corpo feminino e ao tomá-lo também como uma metáfora da cultura. Um dos capítulos da obra mencionada anteriormente e intitulado “The body and the reproduction of femininity” é considerado um texto clássico de referência sobre a reconstrução feminista do corpo. Hoje, o trabalho de Susan Bordo se conjuga com a de teóricas feministas de várias latitudes como Rosi Braidotti Karen Barad, Susan Heckman, Donna Haraway e Elizabeth Grosz, principais expoentes das novas materialidades, um campo que conjuga teoria feminista e estudos da ciência e que vem se desenhando desde fins do século XX¹² e cujo movimento busca resgatar a natureza, elidida na oposição cultura/natureza. Nesse contexto, a expressão ‘teorias da carne’¹³ ganha vulto, associada ao resgate da materialidade do corpo e sintonizada com os caminhos dos estudos de ciência e política uma vez que busca problematizar a oposição humano/animal regulada por um conceito epistemo-ontológico do sujeito humano, conceito esse que, para algumas pensadoras, precisa ser abandonado.

O trabalho de Rossi Braidotti constitui um projeto interdisciplinar com vistas à construir as bases de uma redefinição da subjetividade feminina à luz da convergência do pensamento feminista com a filosofia pós-humanista e o viés material. Na obra *Nomadic subjects: embodiment and sexual difference in contemporary feminist theory* seu ponto de partida é a interrogação do pensamento humanista como paradigma de conhecimento e valor calcado nas clássicas dicotomias entre o eu e o outro, a mente e o corpo, o sujeito e o objeto, a cultura e a natureza, o homem e a mulher, o humano e o animal, o orgânico e o tecnológico. Para Braidotti, o pós-humanismo desafia a concepção de humano/humanidade fundada, segundo ela, na suprema reivindicação de direito à ontologia. Por isso, a filosofia pós-humanista é tomada como uma ferramenta conceitual que possibilita repensar o legado de referência para o humano em um tempo histórico de grandes avanços científicos, de experimentações e conquistas, mas também, de profundo ceticismo diante de

¹² Refiro à coletânea *Body and flesh: a philosophical reader*, organizada por Donn Welton. (Oxford: Blackwell Publishers, 1998). Cabe mencionar também a coletânea publicada no ano anterior e intitulada *Writing on the body: female embodiment and feminist theory*, organizada por Kaitie Conboy, Nadia Medida e Sarah Stanbury (New York: Columbia University Press, 1997).

¹³ Na sua obra de 2015 intitulado *Senses of the subject* (New York: Fordham University Press), Judith Butler dá uma guinada na direção da materialidade quando encena, performativamente falando, o seu corpo no primeiro ensaio que leva um título significativo, “How can I deny that these hands and this body are mine?”

uma racionalidade científica a serviço do capital, seja pelo viés da chamada antropotécnica (mecanismos de produção do humano), seja pela implementação de uma biopolítica (modos de administração da vida). Fazendo aqui um parêntesis necessário, é relevante lembrar o papel da psicanálise freudiana na reinscrição de noções consagradas sobre o corpo feminino ao longo do pensamento ocidental, como por exemplo, a definição de um corpo incompleto, obtuso, aquilo que não se vê, mas que é dotado de uma carnalidade voraz e engolidora, matéria bruta associada aos excessos da natureza, um corpo que precisa ser educado e disciplinado para cumprir suas funções biológicas e papéis sociais. Como afirma Freud em seu *A organização genital da libido infantil*¹⁴ o corpo feminino é castrado, o feminino é um não-significante, ou seja, existe masculinidade, mas não feminilidade. O novo paradigma para pensar a subjetividade feminina coloca ênfase no conceito de diferença sexual como um lugar material/discursivo a ser problematizado, uma vez que formas diferentes de subjetividade são o resultado de relações de poder complexas e multifacetadas e não simplesmente limitadas a um movimento crítico de oposição à falsa universalidade do sujeito. Assim, Braidotti propõe uma teoria feminista corpórea a partir do conceito deleuziano de desterritorialização, tomado como um movimento do 'devir feminino', isto é, o feminino como signo de um processo geral de transformação. Necessário observar que a desterritorialização de que fala Braidotti pressupõe o rompimento com o sentido do corpo feminino apreendido em relação ao falo, categoria central ao dispositivo simbólico e bio-cultural da psicanálise. Portanto, para ela, o feminino apresenta um outro referencial, uma forma de não-identidade que inscreve a possibilidade de criar e redefinir sua sexualidade, abrindo um caminho de singularização que permite projetar a mulher como figura da alteridade por excelência. Nesses termos, Braidotti postula a estrutura corpórea da subjetividade como uma concepção chave na luta feminista, desde que o corpo feminino não seja visto exclusivamente com relação aos códigos sociais, nem tampouco, interpretado no campo de funcionamento da ordem do imaginário e do simbólico como o faz o saber psicanalítico. Na sua resignificação do corpo, argumenta que este não pode ser entendido como uma categoria fixa, do ponto de vista biológico ou sociológico, mas como um ponto de intersecção entre o físico, o simbólico e as condições materiais de vida.

¹⁴ <http://www.freudonline.com.br/livros/volume-19/vol-xix-5-a-organizacao-genital-infantil-uma-interpolacao-na-teoria-da-sexualidade-1923/v>

Sintomaticamente, seu capítulo “Mothers, monsters and machines” que integra a coletânea *Writing on the body: female embodiment and feminist theory*, anteriormente mencionada, explora a inscrição do corpo materno como monstruoso na filosofia e faz relações deste com desenvolvimentos mais recentes no campo da biotecnologia. Dessa forma, projeta o corpo como uma interface e também como uma superfície onde são inscritos múltiplos códigos como sexo, raça, classe, idade, nacionalidade, ou seja, é uma organização cultural e material que mobiliza energias de natureza heterogênea, descontínua, afetiva e inconsciente. Dessa forma, para Braidotti, a sexualidade, em suas múltiplas formas, é considerada a manifestação vital da subjetividade corpórea, a expressão mais íntima e a mais externalizada no campo social e, nessa condição, a que mais cataliza e filtra relações de poder. O feminismo material, ao colocar em foco o corpo como o lugar por excelência, do exercício de poder, tanto no nível micro quanto macro das relações sociais, possibilita não somente resgatar a transsexualidade de um imaginário permeado pela patologização e proibição, mas também retomar e avançar na questão do corpo, uma vez que é no corpo que se instituiu, historicamente, a subordinação feminina e a própria condição do “ser” mulher.

Avançando na direção de uma compreensão multidisciplinar da materialidade, Karen Barad argumenta que foi outorgado muito poder à linguagem, e que todas as “coisas”, até mesmo a materialidade, se tornou uma questão de linguagem, em outras palavras, o monismo linguístico na chamada ‘virada linguística’, virada semiótica’ e ‘virada cultural’ tornou a linguagem a substância mesma da realidade. Em seu longo ensaio “Posthumanist performativity: toward an understanding of how matter comes to matter”, Barad formula um conceito materialista, naturalista e pós-humanista de performatividade o qual, segundo ela, permite destacar a matéria como elemento participante ativo no mundo, em seu movimento constante de “intra-atividade” (p. 3). Tal conceito incorpora o fluxo e interação de fatores materiais e discursivos, além de questões referentes ao social e político, ao humano e não-humano, ao natural e cultural. Nesse sentido, defende que a performatividade está associada não somente à formação do sujeito, mas também à produção da matéria corpórea, no sentido em que Butler utiliza o termo “materialização”. É importante observar que Barad reconhece o poder analítico de Foucault ao associar as práticas discursivas à materialidade dos corpos, mas afirma que seu esquema conceitual é limitado por fatores que prejudicam o seu potencial de análise sobre as

materialidades dos corpos, suas injunções e seu devir. Assim, Barad argumenta que qualquer teoria da materialização do corpo tem que dar, necessariamente, conta de sua materialidade, por exemplo, anatomia e fisiologia, bem como outras forças materiais que operam no processo de sua materialização uma vez que na historicidade do corpo a materialidade tem um papel ativo na forma como atua o poder. Segundo Barad, sua proposição de um “realismo agencial” torna possível reconhecer a natureza, o corpo e a materialidade na condição integral de seu vir a ser, sem recorrer à visão de opacidade ou transparência, à geometria da absoluta exterioridade ou interioridade ou da teorização do humano como pura causa ou puro efeito, ao mesmo tempo em que se pode permanecer absolutamente confiável no papel que desempenhamos nas práticas inter-relacionadas de conhecimento e de se tornar. De certo modo, a chamada “virada material” da teoria, com destaque para o corpo no mundo, não deixa de ir ao encontro da visão profética de Cherrie Moraga que, juntamente com Gloria Anzaldua, organizou a antologia de 1981, hoje considerada um clássico da bibliografia feminista, intitulada *This bridge called my back : writings by radical women of color*. Diz ela: “The very act of writing then, conjuring/coming to 'see', what has yet to be recorded in history is to bring into consciousness what only the body knows to be true. The body - that site which houses the intuitive, the unspoken, the viscera of our being - this is the revolutionary promise of ‘theory in the flesh’” (p.33).

Nas últimas décadas, o *corpus* teórico feminista alterou de forma inquestionável e irreversível o perfil dos conhecimentos produzidos nas áreas Humanas. Na diversidade de modos de cruzar fronteiras e colocar as diferenças em constante diálogo e tensão, o projeto onto-epistemológico de intervenção na tradição do pensamento humanista ocidental e de crítica sistemática ao falocentrismo e suas estratégias de dominação, este *corpus* nos interpela enquanto sujeitos feministas situados em espaços de agência educacional e de produção de conhecimento. Se considerarmos os altíssimos índices de violência contra a mulher em nosso país¹⁵ e o viés conservador do presente que se instala no espaço

¹⁵ Segundo os registros do [Anuário Brasileiro de Segurança Pública](#), ocorreu 1 estupro a cada 11 minutos em 2015. Muito embora as estimativas possam variar, calcula-se que estes casos sejam apenas 10% do total dos casos que realmente acontecem. Ou seja, o Brasil pode ter a medieval taxa de quase meio milhão de estupros a cada ano. Cerca de 70% das vítimas de estupro são crianças e adolescentes. E quem mais comete o crime são homens próximos às vítimas. Os dados do Ministério da Saúde de 2016 apontam a ocorrência de uma média de 10 estupros coletivos notificados todos os dias no sistema de saúde do país. A cada 7.2 segundos uma mulher é vítima de violência física (Fonte: [Relógios da Violência](#), do Instituto

público, buscando impor verdades no campo social, controlar o mundo das artes e policiar os discursos acadêmicos, podemos afirmar que ser feminista não é mera questão de retórica acadêmica, mas uma questão de responsabilidade com pedagogias educacionais e estratégias de ensino tendo em vista a produção de consciências e de discernimento na luta, não sem sofrimento, contra a continuidade histórica das estruturas autoritárias patriarcais. É necessário não abandonar o sonho de uma nova ordem de reconhecimento incondicional dos direitos das mulheres como direitos humanos, e de uma justiça social que possa sustentar as práticas do viver coletivo. A proposta política de transformação feminista é um sonho de democracia que nasce de uma necessidade histórica e se alimenta da força propulsora do conhecimento que produzimos e de seus modos de interrogar, resistir, desfazer, deslocar, intervir, imaginar e reinventar. Essas são as armas de que dispomos, portanto, façamos o melhor uso possível delas!

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Trad. e Introdução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- BARAD, Karen. "On touching: the inhuman therefore I am". In: *D i f f e r e n c e s: a journal of feminist cultural studies*, vol. 23, no. 5, 2012.
- BARAD, Karen. "Posthumanist performativity: toward an understanding of how matter comes to matter". In: *Signs: journal of woman in culture and society*, vol.28, no.31, 2003.
- BEAUVIOR, Simone de. *O Segundo sexo*. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BORDO, Susan. *Unbearable Weight: feminism, western culture and the body*. Berkely: University of California Press, 1993.
- BRAIDOTTI, Rossi. *Nomadic subjects: embodiment and sexual difference in contemporary feminist theory*. New York: Columbia University Press, 1996.
- BRAIDOTTI, Rossi. "Mothers, monsters and machines." In: *Writing on the body: female embodiment and feminist theory*. Katie Conboy, Naida Medina e Sarah Stanbury, orgs. New York: Columbia University Press, 1997.
- BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa. "Parking in a tow-away zone: women's literary studies in Brazil". *Brasil/Brazil: A Journal of Brazilian Studies*, no.6, ano 4, 1991.
- BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa. *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

Maria da Penha). Dados adicionais podem ser encontrados no site Mapa da violência no Brasil, patrocinado pela FLACSO (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais) e que conta com o apoio da ONU Mulheres e da Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial de Saúde.

-
- BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del "sexo"*. Tradução de Alcira Bixio. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. *Senses of the subject*. New York: Fordham University Press, 2015.
- BUTLER, Judith. *Undoing gender*. New York: Routledge, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*, vol. 1. Trad. Maria Thereza Albuquerque e J. A. Albuquerque, 18ª edição. São Paulo: Edições Graal, 2017.
- FREUD, Sigmund. *A organização genital da libido infantil*.
<http://www.freudonline.com.br/livros/volume-19/vol-xix-5-a-organizacao-genital-infantil-uma-interpolacao-na-teoria-da-sexualidade-1923/v>. Acesso em 30 de agosto de 2017.
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- LAURETIS, Teresa de. *Tecnologies of gender: essays on theory, film and fiction*. Bloomington: Indiana University Press, 1987
- LUGONES, Maria. "Heterosexualism in the colony/modern gender system". *Hypathia*, vol 22, no.1 (winter 2007).
- MOI, Toril. *What is a woman? And other essays*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- MORAGA, Cherrie, Gloria Anzaldua, orgs. *This bridge called my back: writings by radical women of color*. Watertown Mass: Persephone Press, Inc., 1981.
- MUZART, Zahidé. *Escritoras brasileiras do século XIX: Antologia*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.
- OLSON, Greta. "Gender as travelling concept". In: *Concepts for the Study of Culture*. Birgit Neumann e Angsgar Nünning. Berlin/Boston: Walter de Gruyter & Co., 2012.
- SHOWALTER, Elaine. *A literature of their own*. Princeton: Princeton University Press, 1977.
- FUNCK, Susana Bornéo "Questões de crítica feminista". In: *Mulheres e Literatura: (trans)formando identidades*. Rita Terezinha Schmidt, org. Porto Alegre, Editora Palloti, 1997.

Nota do editor:

Artigo submetido para avaliação em: 22/04/2018.

Aprovado em sistema duplo cego em: 20/05/2018.